

---

## Finalmente, o que é mesmo a nova sociologia económica?

*João Carlos Graça*

Situada algures, em posição instável e imprecisa, *entre a economia e a sociologia*, tal como de resto já acontecera com a sua antecedente “velha”, existirá algo mais na “nova sociologia económica” (NSE) do que a ideia dum “justo meio” ou duma “terceira via” entre a conduta utilitária do “agente racional” da *mainstream economics* e o determinismo cultural do parsonismo? E, a existir realmente algo de substancial — além da óbvia tendência para mimetizar a tradição sociológica principal em matéria de apropriação selectiva das referências do passado canónico desta última —, em que é que os postulados metodológicos da NSE se distinguem dos temas habituais das conversas sociológicas acerca da “reflexividade” e da “agência”?

Teremos boas razões para questionar a coerência e a viabilidade intrínsecas do núcleo mesmo daquilo que a NSE representa? Em face da preocupação e do interesse evidenciados por vários dos cultores deste saber relativamente ao tema das redes sociais, deverá a NSE ser ela própria considerada não tanto do ponto de vista da consistência (inexistente) do seu projecto teórico, mas sobretudo como um assunto de redes *small-world* de âmbito académico? Poderá o seu “quem é quem” ser definido (com um grão de sal, mas não sem verdade) como um grupo de notáveis universitários cujo *path-length* relativamente a Richard Swedberg não ultrapassa dois?...

### A história dos problemas

Ao longo dos tempos, definiu-se por vezes a sociologia económica como sector da *economics* (ou economia política), ramo deste saber mais preocupado com os aspectos não estrita ou directamente económicos de realidades todavia no fundamental merecedoras de tratamento por parte da ciência económica. Quanto a isto, a sociologia económica aparece em toda uma tradição (sobretudo de economistas) como disciplina de algum modo afim daquilo que a por vezes se designa por economia “aplicada” — saber algo aproximativo e toscamente indutivo, a ser distinguido das alturas e dos rigores dedutivos da economia dita “pura” —, ou “social” — matéria preocupada com as realidades da distribuição das riquezas, e por isso tangente às teorias da justiça, pelo que afastando-se necessariamente da sobriedade “positiva” dos modelos da sua congénere “pura”, cujo objecto por excelência seriam os factos da produção.

Nestas oscilações entre o “puro” e o “aplicado”, o “positivo” e o normativo”, entre a “elegância formal” dos modelos matemáticos e as “mãos sujas” que o tratamento dos factos costuma acarretar, quase sempre a tradição da *mainstream economics* reconheceu, de bom ou mau grado, que há mais do que mera economia até mesmo nos mais simples dos simples factos económicos, e que a riqueza e a complexidade da realidade é maior do que a mais ousada das teorias pode atrever-se a sonhar. Mas quase sempre ela se apressou também a remeter esses aspectos adicionais, ou para um futuro mais ou menos distante em que o refinamento das suas próprias teorias permitiria enfim o relevar de um certo número de hipóteses simplificadoras — e com ele um tratamento mais englobante e compreensivo da irritante irregularidade e aparente arbitrariedade da multidão dos factos —, ou para um ciência residual, um saber das sobras, cujo objecto seria o irracional, o instintivo, o lado não *modelizável* da conduta humana, qualquer que fosse a valoração desse “algo mais” por parte do investigador. (E assim se chega, por exemplo, à *sui generis* sociologia paretiana, pensada como ciência visando o tratamento lógico do pretenso “não-lógico”.)

A esta condição de ciência residual ou das sobras, configurando um estatuto académico tendencialmente periférico e mesmo algo duvidoso, de certo modo “afim da alquimia”, corresponde quase em eco uma outra concepção, de raiz comteana mas podendo também ela

encontrar-se na obra de vários economistas ilustres, segundo a qual, sendo a sociologia a ciência dos factos sociais sem qualquer outra qualificação, a *economics* não seria mais do que uma província da ciência-mãe sociológica. A sociologia económica, nesta outra versão, seria a própria economia política — pelo menos, claro, desde que ela deixasse de ser um mero saber “em si” e se assumisse como saber “para si”. Isto é, repete-se... como sociologia de um tipo particular.

Esse tipo particular corresponde a uma classificação cujo fundamento é, notemo-lo, substantivista: o económico é aqui uma “zona” diferenciada do social, zona correspondente, segundo alguns comteanos amantes das analogias biológicas, aos “fenómenos de nutrição”. Mas nem todas as atitudes relativas à partilha de territórios foram de raiz substantivista. Procurando reconciliar-se com a economia *mainstream*, e renegando por isso o seu próprio passado “institucionalista”, Parsons, por exemplo, julgou ter encontrado para a sociologia (em geral, note-se, que não apenas económica) um espaço próprio remetendo-a ao tratamento das finalidades da acção humana, ao passo que à ciência económica seria deixado ocupar-se dos meios da mesma acção. Enquanto saber dos *ultimate ends*, registe-se, não corresponde à sociologia uma “zona” objectivamente identificável. É tudo uma questão de perspectiva.

O *tordesilhismo* desta partilha, porém, e apesar da estatura académica dos proponentes (Talcott Parsons pela sociologia, Lionel Robbins pela *economics*), não resolveu todos os problemas, nem acalmou todas as consciências. Numa outra famosa partilha de territórios, celebrada em data posterior, Parsons viria a acordar com Kroeber uma distribuição deixando entregue à antropologia o “sistema cultural”, enquanto, no âmbito do esquema AGIL, a sociologia se ocuparia do social (à psicologia e à biologia cabendo, é claro, os restantes dois sistemas). Este outro acordo de cavalheiros, entretanto, subsume por completo a economia no social, chegando mesmo a identificar para ela um “conjunto estrutural concreto” e um determinado imperativo funcional, a adaptação. Como parece relativamente óbvio, nem o acordo prévio é aqui respeitado no seu espírito, dado o económico aparecer explicitamente absorvido pelo “social” em sentido amplo, nem o princípio mesmo das divisões disciplinares é observado, dado tratar-se, também neste caso, de identificar um “económico” enquanto esfera distinta, à qual é mesmo cometida uma certa função, ou grupo de funções. Das partilhas fundadas na perspectiva regressa-se, por conseguinte, às partilhas de base substantivista.

O “imperialismo sociológico” parsoniano, entretanto, nunca deixou de ser fundamentalmente *self-delusive*: é a importância relativa, nas décadas subsequentes, da economia e da sociologia académicas, que impõe a conclusão. O próprio Parsons, aliás, sempre que o diálogo com a economia o aconselhou, procurou regressar a uma prudência diplomática que é habitualmente sinal de inferioridade estratégica. Na obra famosa sobre sociologia económica, escrita em co-autoria com Neil Smelser, a sua atitude sistemática volta a ter afinidades com a das suas próprias primícias, sendo a de alguém que alega identificar “verdades parciais”, enunciadas independentemente pelos principais economistas de então (Keynes, Schumpeter, Hicks...), esforçando-se entretanto por sobrepor a tais verdades parciais uma alegada metavisão sociológica que, de tão estratosféricamente rarefeita e obscura, acaba por deixar quase toda a gente indiferente... quando não pura e simplesmente incapaz de prosseguir na leitura. Quanto a isso, é claro, a “grande teoria” tem inegáveis pontos de contacto com a economia dita “autista” — mas, ai, no contexto duma inegável desvantagem (comparativa e absoluta) para si própria. É que, se aquela pode pelo menos invocar, para protecção da sua autoridade académica, o peso incontornável das fórmulas e dos criptogramas matemáticos, o refúgio do parsonismo tende a não mais do que singelamente literário.

Pelo lado da autoridade das matemáticas se passa também a uma outra pretensão imperialista, mas de sinal oposto: a que, no período posterior ao da hegemonia parsoniana, e via “teoria das escolhas racionais” (RCT), pretendeu transportar o “agente racional” da *economics* para o centro de toda a problemática sociológica. Em boa verdade, entretanto, se já mesmo na análise económica em sentido estrito o peso das hipóteses simplificadoras (independência das funções-utilidade dos agentes, informação perfeita, etc.) sobrecarrega o núcleo dos raciocínios com toda uma série de *as if* que apontam para a suprema irrelevância ou “autismo” do esforço

intelectual, aproximando os modelos económicos duma espécie de versão moderna do “jogo das contas de vidro” (em que ao alegado rigor teórico dos raciocínios se acrescenta a completa arbitrariedade dos resultados em termos práticos), tudo isso é, claro, muitíssimo mais verdadeiro ainda quando se pretende generalizar tal quadro de análise ao conjunto da existência humana.

### ...e o seu núcleo analítico

E deste modo, também por *dégoût* com estas pretensões imperiais, se regressa à sociologia económica, ou à ideia da sua importância. Na que é talvez a obra crucial do ponto de vista do relançamento académico desta disciplina, Neil Smelser e Richard Swedberg arriscam-se a defini-la como o estudo dos factos económicos do ponto de vista sociológico. Trata-se, porém, duma definição tão bela na sua simplicidade quanto imprecisa no seu significado.

Em primeiro lugar, que quer dizer a expressão “factos económicos”? Se se percorrer a definição de economia em manuais seja de *economics* seja de sociologia, facilmente se tropeçará com definições circulares, ambivalências e pior... Mas há mais: a definição de Smelser-Swedberg parece indicar um regresso à atitude substantivista característica do período pré-parsoniano. É verdade que a sociologia económica se distingue da *economics* por uma questão de perspectiva, repare-se — mas isso não obsta a que se suponha a existência da economia como algo que *está lá*, objectivamente. Por outro lado, que significa em boa verdade a expressão “perspectiva sociológica”? Pretender-se-á com isso regressar à ideia parsoniana do estudo dos *ultimate ends*? Ou trata-se sobretudo do típico compor do retrato de família em que, a partir de legados teóricos imensamente diversos e mesmo opostos (Durkheim versus Weber; Marx contra Pareto...) se pretende inventar uma suposta coerência do *métier* sociológico no seu conjunto? A ser assim, o problema está evidentemente longe de ser monopólio da variante económica da sociologia. Mas nem por isso é menos dela também...

Entretanto, diversos contributos posteriores para a definição da “nova sociologia económica” (NSE) confluem no seguinte feixe de problemáticas: existe ou não uma unidade de contributos teóricos anteriores susceptível de apontar para uma tradição canónica e um património comum da sociologia económica? É esta uma província da sociologia? Em que consiste, nesse caso, a “perspectiva sociológica”, e como é que, dessa tal perspectiva, se delimita o económico? Ou é antes a sociologia económica uma região (e não a mais nobre) da *economics*? Ou trata-se, numa terceira variante, duma zona de intersecção ou sobreposição das duas disciplinas académicas, uma *no man's land* que é por isso também uma *everyman's land*? Ou ainda, em quarta versão, estaremos perante uma espécie de arqui-disciplina correspondente à reunião (e não à intersecção) de economia e sociologia? E, nesse caso, poderá ela responder à objecção de que tais projectos megalómanos estão habitualmente votados ao fracasso?

Mas os problemas, apesar de já bastante diversificados, não se esgotam nestas interrogações. Segundo alguns, a “nova” sociologia económica distinguir-se-ia da “velha” precisamente por uma atitude de desrespeito e irreverência para com a economia académica, pretendendo abordar o próprio núcleo das problemáticas económicas em ruptura aberta com os pressupostos da *mainstream economics*, em vez de sabiamente dar a César o que é de César, como a tradição parsoniana aprendera a fazer e recomendara à posteridade. Os agentes agem em ambientes “puros”? Não, estão intensamente *embedded* em redes sociais. Consideram o dinheiro como um simples meio abstracto e impessoal de pagamentos? Não, marcam-no em obediência a determinações afectivas e de acordo com tradições culturais específicas. As empresas procedem de acordo com critérios estritamente económicos? Não, frequentemente agem sobretudo de acordo com objectivos políticos.

E poderíamos decerto continuar. Mas também podemos e devemos perguntar-nos: obedece tudo isto a um programa de investigações claro? Existe algo mais na NSE do que a comum (mas algo vaga) noção doutrinária duma “terceira via” entre a RCT e o determinismo cultural parsoniano? E, caso exista, em que é que podemos distinguir esse algo do contributo daquilo que habitualmente se designa por “economia institucionalista”, sobretudo na sua versão “velha” que Geoffrey Hodgson trouxe de volta à ribalta: evolução, conflito, causalidades

circulares cumulativas, equilíbrios pontuados, *exaptações*, fenómenos QWERTY, *path-dependencies*... Ou tratar-se-á sobretudo, no caso da NSE, de um facto académico susceptível de ser reconduzido à irracionalidade das *fads* intelectuais? Ou ainda, e em versão mais benigna da mesma provocação: serão sobretudo os conhecimentos pessoais de Richard Swedberg, o seu super-abundante capital social, a suportar a rede internacional de académicos que mantém acesa a chama duma aparência de saber que não o é de facto?

A tais questões, e a outras ainda, se procurará dar resposta na comunicação.